

PROPOSTA DE ATA N.º 24/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2014. -----

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

----- Esteve ainda presente a secretariar a reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

----- Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

----- Foi distribuído o Resumo Diário de Tesouraria de 18 de dezembro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 194.832,46. -----

----- O Sr. Presidente informou que os pontos que constituíam a **ORDEM DO DIA** da presente reunião e constantes da convocatória, eram os seguintes: -----

----- **Ponto 1** - Ata da comissão de Análise, referente à Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha – Edital n.º 47/2014. Informação n.º 57/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento; -----

----- **Ponto 2** - Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha – Edital n.º 49/2014 – Adjudicação Definitiva. Proposta Sr. Presidente da Câmara. Para conhecimento; -----

----- **Ponto 3** - Estatutos da AMVT – Eleição do representante do Município de Alpiarça na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Vale do Tejo CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Para deliberação; -----

----- **Ponto 4** - Proposta de aprovação de minuta de protocolo de utilização de uma

sala, num edifício propriedade da Câmara Municipal de Alpiarça, sito no Frade de Baixo. Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação; -----

----- **Ponto 5** - Proposta para emissão de parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços especializados na área da geografia, compreendendo a consultoria no âmbito do ordenamento do território e planeamento urbanístico, com “know how” dos sistemas de georeferênciação/sig/websig e cartografia digital para apoiar o município na revisão do PDM e na área da reabilitação urbana do município de Alpiarça - ano 2015. Proposta n.º 36/2014 – Vereador João Pedro Arraiolos. Para deliberação; -----

----- **Ponto 6** - Licença especial de ruído, ao abrigo do art.º 15º do Dec.-Lei 9/2007, de 17/1, a realizar no dia 20/12/2014, no horário diurno compreendido entre as 07h e as 20h, no Largo da Feira em Alpiarça – Pavilhão de Espetáculos. Solicita isenção de taxas. Requerente: CCBR – Centro Cultural Bruno Ramiro. Para ratificação; -----

----- **Ponto 7** – Proposta para concurso público para aquisição de apólices de seguro. Proposta n.º 37/2014 – Vereador João Pedro Arraiolos. Para deliberação. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente deu início a este período, cumprimentando todos os presentes e passando a dar conhecimento da assinatura de um protocolo entre os municípios que compõem a CIMLT e a Agência Para a Modernização Administrativa, para a instalação de estruturas digitais de apoio ao cidadão e conhecidas por Espaço do Cidadão, tendo a Câmara de Alpiarça aceite a implantação de serviços que neste momento não estejam a ser prestados por estruturas dependentes do governo central. De seguida o Sr. Presidente disse que foram aqui feitas apresentações da evolução do tarifário de águas no concelho, que não correspondem à verdade, pois o que se verifica é que em dois níveis de consumo, os de 4m³ e de 5m³ se paga menos 9 cêntimos por metro cúbico de água do que se pagava em 2008, porque nessa altura o 1.º escalão ia até aos 3m³ e agora com as Águas do Ribatejo vai até aos 5 metros cúbicos, que é uma quantidade de água consumida por muitas famílias em Alpiarça, sendo verdade que se verificou um aumento de 9 cêntimos para os consumos de até 3m³, que se traduzem

num aumento de 27 cêntimos na fatura da água. Relativamente ao parecer do Conselho Fiscal da Agroalpiarça que veio à última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos que explicou que na reunião da Assembleia Geral daquela cooperativa se verificou que o parecer do Conselho Fiscal não estaria assinado por todos os seus elementos, o que foi retificado e que depois, por lapso, os dois documentos acabaram por ser presentes na reunião de câmara e por consequência na última assembleia municipal, onde as contas da Agroalpiarça foram dadas a conhecer, sendo certo que a omissão verificada nas assinaturas em nada interferiu com as contas apresentadas. -----

----- De seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha que cumprimentou todos os presentes e desejou a todos um Bom Natal e um 2015 com muita saúde e prosperidade. Disse que como se estava a terminar o ano e como tinham decorrido desde a tomada de posse 33 ou 34 reuniões de câmara, queria de uma forma sincera mostrar a sua profunda desilusão por aquilo que temos feito durante este ano e tal. Considerou que não são tratados aqui os reais problemas de Alpiarça, não se tomam medidas estruturantes que possam realmente contribuir para a melhoria de Alpiarça e que a maior parte das reuniões são comícios, que se anda a tentar enganar a população. Relembrou que já teve a oportunidade de alertar para a existência de uma fábrica de mentiras que se instalou em Alpiarça e que pode ser comprovada. Considerou que na última reunião de câmara o Sr. Presidente teve mais uma saída infeliz ao considerar que teria vergonha de apresentar as propostas que o vereador e um grupo de pessoas do movimento Todos Por Alpiarça apresentou. Disse que está na Câmara como vereador eleito por 800 pessoas, que as respeita, que está aqui para lhes dar voz e que não tem vergonha delas e que se orgulha de ser vereador e que está cá para trabalhar e que não está a fazer figura de corpo presente só para receber as senhas de presença, o que não aconteceu em mandatos anteriores. Afirmou que muita gente, incluindo gente do PCP lhe dá os parabéns pela sua frontalidade e por finalmente haver alguém que questione o que se passa na câmara. Opinou que vergonha é ter dez ou mais atas em atraso; vergonha é ser Presidente de uma câmara e

só reunir o Conselho Municipal de Segurança, quatro anos depois e só porque alguém alertou que esse conselho nunca tinha reunido; vergonha é um presidente de câmara ter reunido com um Secretário de Estado para dar solução aos problemas da barragem e não ter informado ninguém dos resultados dessa reunião e continuarem a aparecer peixes mortos; vergonha é um vereador perguntar o que se passava com os Legados e estar oito meses à espera de uma resposta; vergonha é não ser capaz de pôr em prática a proposta que foi aprovada sobre o ensino do Mandarin; vergonha é não ser capaz de resolver a questão dos ciclo-guardas; vergonha é deixar acontecer o que acontece na Agroalpiarça, em que não pagam rendas anos a fio, que escondem os contratos de arrendamento, escondendo a quem subarrendam propriedades, havendo potenciais jovens agricultores que estariam interessados em arrendar essas propriedades e pagariam as rendas a que se soma o facto de vir para uma reunião de câmara um parecer de um conselho fiscal assinado apenas por uma só pessoa e lamentou que ainda não saiba quais são os principais credores e devedores da Agroalpiarça; que teria vergonha se fosse presidente de câmara de incitar funcionários à greve; teria vergonha de não pagar a um grupo de estudantes que participaram num cortejo carnavalesco e não pagar aos estudantes; teria vergonha de prometer às pessoas que as assembleias iriam ser filmadas, mas não terem coragem de o fazer, para que as pessoas não saibam o que aqui se passa; teria vergonha de fabricar contas-correntes como têm sido fabricadas as contas-correntes do bar das piscinas e do parque de campismo; teria vergonha de ter boys como um advogado e um ROC contratados acima do preço de mercado; vergonha é não informar quais os processos que a câmara tem em Tribunal e não informa; vergonha é permitir que pessoas estranhas ao Executivo venham para aqui provocar os vereadores da oposição; teria vergonha de mandar lavar um beijos a um vereador; teria vergonha de mandar um vereador para um certo sítio, afirmando que nunca faltou ao respeito a ninguém. Aqui o Sr. Presidente interrompeu o Sr. Vereador Francisco Cunha dizendo-lhe que ele tem estado a faltar ao respeito não só a ele mas à maioria do Executivo desde que começou esta sua intervenção, que é useiro e vezeiro em faltar ao respeito ao Presidente da

Câmara e aos Vereadores da maioria e que toda a gente em Alpiarça já percebeu isso e considerou que isto não é normal numa reunião de câmara. O Sr. Vereador Francisco Cunha contradisse o Sr. Presidente alegando que normal era o que o presidente respondesse a propostas e requerimentos que lhe têm sido dirigidos, como a linha de apoio a jovens agricultores, incentivos à natalidade, encontro de estudantes universitários e jovens licenciados, atribuição de espaços à oposição, a requalificação do Largo dos Águias, incentivo à economia local, as hortas comunitárias, vergonha é andar a pressionar blogues, jornais e outra imprensa. Concluiu dizendo que teria vergonha se não se demitisse, porque como presidente não fez nada. O Sr. Presidente interrompeu dizendo ao vereador para não dizer asneiras e deu a palavra ao Sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar começou por cumprimentar os presentes e falou na questão do atraso na apresentação das atas atrasadas, pediu para que organizasse a sua casa e de uma vez por todas começasse a apresentar atas atrasadas, porque tem uma pessoa nomeada para fazer as atas e não é o técnico de informática, afirmou que já trouxe ao conhecimento do Executivo um acórdão do Tribunal Administrativo Sul, em que diz claramente que quarenta e oito horas, não é a mesma coisa que dois dias úteis e os documentos enviados pela câmara continuam a chegar a casa dos vereadores da oposição com menos de quarenta e oito horas de antecedência o que viola claramente a Lei; abordando o tema Assembleia Municipal, solicitou que o Sr. Presidente recuperasse o e-mail que o Partido Socialista lhe enviou e que dessa forma pudesse repor a verdade, pois o mesmo participou e deu o seu contributo em sede de orçamento participativo, ao que o Sr. Presidente interrompeu e respondeu que não tem o e-mail e que o PS o reencaminhe de novo. Retomando a sua intervenção o Sr. Vereador Pedro Gaspar afirmou que o Sr. Presidente não se deve imiscuir nos trabalhos da Assembleia Municipal e substituir o líder de bancada da CDU ou o Presidente da Mesa, opinando que se os vereadores da câmara só podem falar naquele órgão e também neste, com autorização do presidente da câmara, o Sr. Presidente também só poderá intervir na Assembleia Municipal depois de autorizado pelo sr. Presidente da

Mesa, coisa que não faz e toma muitas vezes as rédeas da direção da Assembleia, o que não só lhe fica bastante mal, como é ilegal. O Sr. Presidente não irá autorizar nunca os vereadores da oposição a usarem da palavra nas assembleias municipais isso é uma coisa que já está dada como adquirida e não vai mudar até ao final do mandato. Sobre a morte dos peixes na Barragem dos Patudos o Sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que como já não há guarda-rios, a câmara de Alpiarça não tinha nenhum funcionário para culpar do sucedido e então o que se tem feito aqui, é que cada vez que é levantado um problema nesta câmara, o Executivo de forma muito hábil, transporta as culpas dos problemas para os vereadores da oposição que agora passaram a ser conotados como inimigos dos funcionários da câmara, o que é falso. Afirmou que a missão dos vereadores da oposição não é atacar funcionários da câmara, é chamar a atenção ao Executivo para aquilo que as forças políticas consideram que está mal. Finalizou a sua intervenção apresentando os votos de Boas Festas. -----

----- O Sr. Presidente disse que ia tentar responder da melhor maneira a algumas questões que foram colocadas aqui de forma extremamente agressiva e ofensiva e só vê uma maneira, que é procurar contribuir para ultrapassar este registo e responder da melhor maneira, afirmando que foi aqui dito que não havia uma discussão produtiva. Afirmou que na sua intervenção inicial, falou de assuntos que interessam ao povo de Alpiarça e através do Sr. Vereador João Arraiolos foi aqui respondido objetivamente a uma questão que tinha aqui sido colocada em reunião de Câmara e numa Assembleia Municipal. Disse que podia avançar aqui por uma série de campos que lhe permitiriam dizer "que tinha vergonha de", que não o irá fazer, mas dirá que não tem vergonha nenhuma do desempenho enquanto Presidente de Câmara e dos seus colegas de Executivo enquanto vereadores, numa situação extremamente difícil para a vida do nosso concelho, para as finanças municipais e para a vida do nosso país e falou nisso na última Assembleia Municipal, mostrando que nestes anos de governação CDU houve uma diminuição de receita de cerca de seis milhões de euros, que ninguém desmentiu, dinheiro que dava para fazer muita coisa e por outro lado há uma diminuição considerável da dívida, a que a população de Alpiarça não é alheia, tanto que deu a

maioria absoluta à CDU nas últimas eleições. Mais, disse que a população conhece em quem votou e pediu ao Sr. Vereador Francisco Cunha que não fizesse insinuações, acusações e considerações, que é uma pessoa que respeita as suas raízes, que respeita quem votou nele, que respeita a sua família, os seus ascendentes. Que não é conhecido por mexer em bens que não são dele, no bem público, que paga a segurança social, que paga os seus impostos, que outros não poderão dizer o mesmo, que o Sr. Vereador Francisco Cunha tem a lata de o vir aqui confrontar com o reflexo do seu espelho. Depois o Sr. Presidente respondeu às questões colocadas, opinando que tirando as acusações gratuitas e ofensivas, não há nada de novo para responder. Que se perdeu praticamente uma hora sem dizer nada de novo, a pôr questões que já aqui foram trazidas a reuniões de câmara anteriores, que já foram explicadas mil e uma vezes e que como tal não iria voltar a dar explicações sobre as mesmas coisas. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha acusou o Sr. Presidente de não ter capacidade de encaixe para ouvir as verdades e que não tem capacidade de dirigir uma reunião. Acusou-o ainda de não autorizar o sr. Presidente da Mesa a filmar as reuniões das assembleias municipais e concluiu desejando as melhoras ao professor Fernando Louro que está hospitalizado. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar respondendo ao Sr. Presidente disse que não percebia aquelas contas do atual Executivo CDU ter menos seis milhões de receita do que os executivos PS e em relação aos funcionários da câmara alegou que quando trás aqui questões sobre o funcionamento dos serviços, é ao Executivo que interpela, porque é o Executivo que dirige e nunca pôs em causa o trabalho de nenhum funcionário, acusando o Executivo de constantemente insinuar que os vereadores da oposição são inimigos dos funcionários da câmara, quando isso não corresponde à verdade. -----

----- O Sr. Presidente explicou que a questão dos seis milhões a menos de receita foi devidamente explicada em sede de Assembleia Municipal, alegando que os executivos PS se endividaram à razão de um milhão de euros por ano, e que a CDU não só não se endividou em mais quatro milhões, e que também não o podia fazer, mesmo que

quisesse, como pelo contrário procedeu a uma redução da dívida em mais de dois milhões de euros. Acrescentou ainda que a CDU não está a pôr, nem nunca pôs em causa a maioria da obra realizada, quem está constantemente a pôr em causa a obra realizada pela CDU é a oposição que diz que a CDU não fez nada para além de muros brancos, quando foi com os executivos CDU, pós PS, que se fizeram as duas grandes obras no Museu dos Patudos, se construiu o Centro Escolar, se concluiu e pagou o Largo Vasco da Gama e se fez a Praça do Município e o parque de estacionamento dos Paços do Concelho, para além de outras obras menos relevantes. -----

----- Foi dado por terminado este período, tendo o Sr. Presidente concedido um pequeno intervalo, cerca das dezasseis horas e quarenta minutos, após o que deu início à Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto 1** - Ata da comissão de Análise, referente à Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha – Edital n.º 47/2014. Informação n.º 57/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento; -----

----- Foi dado conhecimento deste ponto. -----

----- **Ponto 2** - Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha – Edital n.º 49/2014 – Adjudicação Definitiva. Proposta Sr. Presidente da Câmara. Para conhecimento; -----

----- Foi dado conhecimento deste ponto, através de informação do Sr. Vereador João Arraiolos. O Sr. Vereador Francisco Cunha perguntou como e quando é que o município pensa transferir estas verbas para a Fundação Relvas, tendo em conta que são rendimentos de legados. O Sr. Vereador João Arraiolos explicou que estas e outras receitas serão contabilizadas consoante a sua proveniência e farão parte do apuramento geral dos Legados, existindo um saldo bastante negativo, no que respeita ao Legado Relvas, não podendo de momento informar qual o montante a transferir. ---

----- **Ponto 3** - Estatutos da AMVT – Eleição do representante do Município de Alpiarça na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Vale do Tejo CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Para deliberação; -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação da sua proposta, em que é proposto o Sr. Vereador Carlos Pereira, para integrar a Assembleia Intermunicipal da AMVT, para além do Presidente da Câmara Municipal, que legalmente já representa o município. A proposta foi aprovada por unanimidade; -----

----- **Ponto 4** - Proposta de aprovação de minuta de protocolo de utilização de uma sala, num edifício propriedade da Câmara Municipal de Alpiarça, sito no Frade de Baixo. Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação; -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos fez a apresentação desta proposta e esclareceu pequenas dúvidas surgidas por parte dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. ----

----- **Ponto 5** - Proposta para emissão de parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços especializados na área da geografia, compreendendo a consultoria no âmbito do ordenamento do território e planeamento urbanístico, com “know how” dos sistemas de georeferênciação/sig/websig e cartografia digital para apoiar o município na revisão do PDM e na área da reabilitação urbana do município de Alpiarça - ano 2015. Proposta n.º 36/2014 – Vereador João Pedro Arraiolos. Para deliberação; -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos fez a apresentação da sua proposta, tendo o Sr. Vereador Francisco Cunha questionado o que se passa com este e outros concursos para admissão de pessoal que estão em curso e que não se terminam e depois as pessoas acabam por ser contratados de uma forma precária a recibos verdes, o que é contrário às posições do PCP. O Sr. Vereador Pedro Gaspar recordou que a câmara está a fazer o mesmo procedimento de há um ano atrás e que agora vai contratar o mesmo técnico por ajuste direto, dizendo-se obrigado a concordar com o seu colega de vereação e a perguntar porque não se termina o concurso e não se mete cá o técnico de uma forma definitiva. Ao que o Sr. Vereador João Arraiolos informou que o concurso não foi encerrado e não está parado, mas que foram abertos quatro concursos ao mesmo tempo, e que se estão a desenrolar com os recursos humanos que nós temos e que nos limitam na conclusão dos concursos, daí que se tenha desencadeado esta

contratação por ajuste direto. O Sr. Vereador Francisco Cunha afirmou que aquilo que o Sr. Vereador João Arraiolos disse não serve de desculpa para este caso e que devem ser estabelecidas prioridades e agilizar os procedimentos concursais para colocar em contrato definitivo quem realmente faz falta ao município. O Sr. Vereador João Arraiolos disse que não era possível definir nenhum universo temporal para a conclusão dos concursos, porque a concretização dos concursos estava dependente de vários fatores. Posto à votação o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 6** - Licença especial de ruído, ao abrigo do art.º 15º do Dec.-Lei 9/2007, de 17/1, a realizar no dia 20/12/2014, no horário diurno compreendido entre as 07h e as 20h, no Largo da Feira em Alpiarça – Pavilhão de Espetáculos. Solicita isenção de taxas. Requerente: CCBR – Centro Cultural Bruno Ramiro. Para ratificação; -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação deste ponto, tendo o mesmo sido posto à votação por não se terem registado intervenções, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 7** – Proposta para concurso público para aquisição de apólices de seguro. Proposta n.º 37/2014 – Vereador João Pedro Arraiolos. Para deliberação. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos usou da palavra para fazer a apresentação desta proposta. O Sr. Vereador Pedro Gaspar comparou os preços praticados para os seguros dos concelhos vizinhos e perguntou se o valor da proposta comportava todos os seguros ou se posteriormente seriam necessários outras contratações. O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que também não estava completamente seguro relativamente ao valor dos equipamentos segurados, perguntou quais os critérios usados na avaliação do património imobiliário e perguntou também se todas as máquinas e viaturas da câmara seguradas estão operacionais ou se algumas estão inoperacionais, e perguntou também qual o motivo do valor do seguro de vida e acidentes pessoais do Presidente ser superior ao valor do seguro dos Vereadores. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos disse que iria tentar responder às questões levantadas mas que não tinha respostas para tudo. Disse que as propostas apresentadas são efetuadas pelos valores de inventário e a câmara só paga seguros

sobre as máquinas que estão operacionais. Quanto à avaliação do património, a mesma foi feita há alguns anos por uma comissão de avaliação, por critérios próprios e todo esse processo passou pela câmara e assembleia municipais. Quanto à questão do seguro de vida, disse não saber a diferença de valores que há entre os vários cargos, mas que os mesmos devem obedecer a normas legais e que ninguém na câmara interfere nesses valores. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Havendo público na sala, foi dada a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa, que usou da palavra para questionar o valor do seguro de vida dos membros do executivo, comparativamente com os valores dos seguros de vida dos bombeiros, que têm inquestionavelmente mais risco de vida e por conseguinte deveriam ter um seguro de vida ainda mais alto. Depois o senhor munícipe disse ter ficado incomodado com a resposta dada no passado dia 12 de dezembro na Assembleia Municipal quando questionou a qualidade arquitetónica do Pavilhão Multiusos dos Patudos, que violaria o testamento de José Relvas, e porque motivo a Câmara Municipal não fez respeitar o desejo de José Relvas, em que os edifícios da sua propriedade teriam de ter a traça tradicional, tendo o Sr. Presidente a Câmara afirmado que o testamento de José Relvas tem sido cumprido, todos os dias, pela Câmara de Alpiarça, até porque se assim não fosse, o próprio testamento prevê a possibilidade do património de José Relvas reverter para a Câmara Municipal de Santarém, tendo desafiado o munícipe a intentar uma ação judicial nesse sentido ou usar outros meios que entender, sendo aqui e por esta resposta do Sr. Presidente que o munícipe se sente ofendido, porque o desafiou a cometer um ato de traição à população de Alpiarça. Depois o munícipe mostrou imagens de um projeto que teria dado entrada na câmara, que teria a traça original das cavaliças, onde se viam perfeitamente as portas e janelas e os adornos em tijolo à vista, mas que este Executivo da CDU não aprovou e fez substituir por aquela coisa branca que está ali, independentemente dos arquitetos deste novo projeto poderem ser as maiores sumidades na matéria, não tendo sido cumprida a questão técnica.

Finalizou, solicitando que o Sr. Presidente não fugisse à resposta e respondesse concretamente o motivo de não ter sido seguido o desígnio de José Relvas de manter a traça original nos restauros e recuperações dos seus edifícios. -----

----- O Sr. Presidente em resposta ao munícipe disse que o projeto da obra que está executada, teve classificação de mérito pelas várias entidades do poder central que o avaliaram, que foi aprovado pelo órgão que tinha essa competência, esta Câmara Municipal, por quem estava legitimamente eleito para o fazer, que a obra foi aprovada pelo Tribunal de Contas, que a obra foi executada de acordo com o projeto e que está integralmente paga. Neste momento o senhor munícipe Eduardo Costa disse que se sentiu estupificado com as respostas que foram dadas pelo Sr. Presidente na referida assembleia municipal, já acima citadas, ao que o Sr. Presidente respondeu que quem passou atestados de estupidez e imbecilidade ao Executivo, foi o munícipe que classificou aquela obra de aborto arquitetónico e concluiu dizendo que a obra está a ser executada de acordo com a traça arquitetónica atual. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----